

**38º Encontro Anual da ANPOCS
27 a 31 de outubro de 2014
Caxambu – Minas Gerais**

**GT 13 – Elites e Espaços de Poder
2ª Sessão: Cultura, Poder e Saberes Profissionais**

**Título: Dinâmicas Organizacionais, Relações Pessoais e Carreiras
Profissionais em Partidos Políticos**

Autor: Wilson José Ferreira de Oliveira
(UFS, SE. E-mail: etnografia.politica@gmail.com)

Caxambu – outubro de 2014

Apresentação¹

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa mais geral, em fase final de execução, intitulado “Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar”, vinculado ao acordo de cooperação acadêmica (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (Edital PROCAD-NF N° 21/2009), entre o Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Foi no âmbito dos intercâmbios e reuniões acadêmicas entre pesquisadores e estudantes propiciados pelo referido projeto que emergiu meu interesse pela investigação dos partidos políticos, como também certas preocupações em relação aos princípios e procedimentos de pesquisa atualmente dominantes e constantemente colocados em prática na análise de tal objeto.

Em linhas gerais, as análises da vida política ainda estão muito distantes da agenda etnográfica contemporânea. Ainda que, nos últimos anos a renovação, o crescimento e aumento do interesse dos cientistas sociais (principalmente, cientistas políticos e sociólogos) pelo trabalho etnográfico, tenham sido constantes, tal situação não se fez acompanhar de estudos etnográficos sobre instituições, protagonistas e práticas políticas, sobre o ritmo próprio da ação política, a textura da vida política e a situação dos atores políticos, bem como sobre as complexidades diárias da política, os pequenos detalhes, seus meandros diários e os significados implícitos (Auyero, 2006; Oliveira, 2014). No âmbito dos meus interesses de pesquisa sobre os partidos políticos, essa dificuldade de encontrar trabalhos etnográficos sobre as condições e dinâmicas concretas de organização e funcionamento cotidiano das organizações partidárias tem sido uma constante.

Em primeiro lugar, porque a grande maioria dos trabalhos, que tratam direta ou indiretamente do assunto, tem se voltado prioritariamente para a investigação da profissionalização política a partir de um tipo específico de profissional, qual seja:

¹ . Trabalho apresentado na 38ª Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre os dias 27 e 31 de outubro de 2014, Caxambu/MG. A pesquisa que deu origem a esse trabalho foi financiada pela CAPES, através do PROCAD NF 2009, pelo CNPq e Universidade Federal de Sergipe. Tipos de Financiamento: Auxílio para pagamento de serviços de terceiros, Bolsa de Iniciação Científica. Agradeço aos bolsistas Jonatha Vasconcelos Santos e Francisco Emanuel Silva Menezes Alves pela observação e redação dos diários de campo, pela aplicação dos questionários, realização de entrevistas e construção de banco de dados sobre os funcionários de partidos políticos de Sergipe. Esse artigo é uma versão modificada do que foi apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN, no GT 67: “Práticas Estatais, Formas de Engajamento Político e Relações Pessoais”. Agradeço ao Marcos Otávio Bezerra e demais participantes do GT pelos comentários e sugestões.

aqueles indivíduos que concorrem ou ocupam cargos eletivos (Offerlé, 1999; Coradini, 2001; Grill, 2007; Perissinotto; Miríade, 2009; Bolognesi, 2013; Gaxie, 2012). Tal ênfase deixa de lado um conjunto de funcionários e profissionais que desempenham atividades fundamentais tanto para a conquista de cargos eletivos por parte dos candidatos quanto para a permanência e continuidade das próprias organizações partidárias. Além disso, ela sugere, em muitos casos, certo descaso quanto à importância das dinâmicas concretas de organização e funcionamento dos partidos políticos em benefício dos atributos e das perspectivas de seus dirigentes. De certo modo, no âmbito das organizações partidárias como no da militância política, tudo indica que tais pesquisas têm aceitado como dado e evidente, o pressuposto da “organização burocrática hierárquica”, característico da tradição Michels-Weber (Clemens; Minkof, 2009; Clemens, 2010).

Sem dúvida, o termo profissionalização deixa margem para muitas dúvidas, conforme as configurações das instituições políticas em diferentes situações nacionais, o que faz com que alguns pesquisadores, diante de tais dificuldades, recorram a termos como “especialização”, “métier”, “lideranças”, “elite”, etc. Todavia, independente das nomenclaturas ou designações que se pretenda utilizar, um fato comum às diferentes abordagens utilizadas é que se parte, preferencialmente, de *indivíduos* e seus percursos, trajetórias ou vínculos políticos, sociais e institucionais para se estabelecer os fatos pertinentes e as explicações necessárias da vida política e, particularmente, da vida partidária. Sem a pretensão de ser exaustivo, pode-se tomar como exemplo disso tanto os trabalhos orientados por questões e problemas vinculados às perspectivas que se concentra na investigação do *modo de operação* das instituições partidárias, quanto os que priorizam a análise dos recursos, da estrutura de capital e das trajetórias dos *agentes*.

No primeiro caso, a ênfase recai justamente sobre o “problema da seleção de candidatos” com o intuito de responder a questões como: Quem pode ser eleito? Quem escolhe? Quem é selecionado? Quais as conseqüências do recrutamento? (Norris, 2013, p. 11; Braga; Bolognesi, 2013). Para responder a tais questões o papel desempenhado pelos partidos políticos e os meios institucionais por eles utilizados ocupa um lugar decisivo, tais como: estatutos, normas internas e programas, valores culturais e normas sociais referentes aos candidatos apropriados, tipos de experiências e conhecimentos adequados, modelando a oferta de candidatos, oferecendo redes sociais, treinamentos, habilidades cívicas e experiência organizacional (Norris, 2013). Desse modo, tais trabalhos ressaltam a necessidade de dar a devida atenção à *estrutura e a dinâmica*

prática do processo de escolha dos candidatos pelos partidos políticos, investigando o “grau de centralização”, “amplitude da participação” e o “escopo do processo de tomada de decisão” referente aos candidatos selecionados (Id. Idib., p. 14).

Apesar da preocupação aqui estar centrada nas *dinâmicas operacionais dos partidos políticos*, os resultados obtidos, em geral, estão quase sempre fundados em surveys e/ou entrevistas com candidatos, ao invés de partir da “proximidade e da observação da temporalidade própria” (Schatz, 2009) das organizações e dos atores diretamente envolvidos nos processos organizacionais colocados em prática pelos partidos. Nesse sentido, Bolognesi (2013) mostra, com base em survey com candidatos, como *operam os partidos* ao formarem a lista de candidatos a deputado federal, concluindo que, segundo eles tenham sido selecionados por filiados, delegados, líderes ou líder único, podemos demarcar nítidas diferenças entre eles quanto à estrutura e a dinâmica prática do processo de seleção de candidatos. Ou seja, é com base nas informações obtidas a partir de *indivíduos* que têm uma posição particular na dinâmica organizacional dos partidos (os candidatos) que se tem acesso ao *modo de operação* dos partidos políticos. Sendo assim, pode-se dizer que, apesar de perseguirem objetivos distintos dos que são utilizados pelas análises centradas nos atributos dos candidatos ou eleitos, as dinâmicas organizacionais são mais pressupostas ou tomadas como dadas a partir das falas dos entrevistados do que propriamente observadas em contextos organizacionais e práticos.

No caso dos trabalhos que se centram nos *agentes*, em suas propriedades e trajetórias, trata-se, sempre, de apreender, com base em informações biográficas diversificadas sobre os *indivíduos*, as propriedades sociais e os deslocamentos dos dirigentes partidários, dos candidatos e dos eleitos no espaço social e político e de articulá-las com mudanças e transformações diacrônicas. (Coradini, 2001; Grill, 2008; Montalvão; Seidl, 2010; Montalvão, 2011; Gaxie, 2012; Seidl; Grill, 2013). Também nesse caso, as dinâmicas organizacionais como um dos ingredientes essenciais à explicação, quase sempre aparece como dimensão secundária, não sendo analisadas em si mesmas nem recebendo uma atenção prioritária na investigação enquanto fonte de informação e de construção do próprio objeto de investigação. Com isso, a “modelagem organizacional” e a intersecção entre “expectativas organizacionais e experiências pessoais” (Sawicki, Siméant, 2011) e suas relações com os desdobramentos dos itinerários profissionais dos dirigentes, candidatos e eleitos, ainda que seja sempre

pressuposta, sua pertinência e os dados mobilizados na análise não resultam da imersão profunda dos pesquisadores nos “habitats naturais” das pessoas que estavam sendo estudadas, nem tampouco de uma maior atenção ao “contexto social e investigativo” de produção dos eventos e, respectivos, dados para a investigação (Schatz, 2009, p. 3).

Apesar das recorrentes oposições teóricas, metodológicas e institucionais entre os que se concentram nas características ou *atributos sociais* dos atores e os que priorizam os chamados *mecanismos institucionais*, ambos estão muito distante do desafio de fazer da imersão etnográfica na temporalidade própria e no cotidiano das organizações partidárias o *locus* principal da análise. Pelo contrário, um aspecto comum ao conjunto dessas abordagens consiste justamente na tentativa de explicar repertórios e dinâmicas organizacionais (Clemens, 2009; 2010; Sawicki, Siméant, 2011) com base em dados coletados por questionários e entrevistas aplicados a *indivíduos* previamente selecionados por ocuparem uma posição destacada no espaço social, político e partidário.

Sem descartar esses tipos de procedimentos e a pertinência dos dados que podem ser obtidos com base neles, deve-se salientar que levar em conta o contexto social e investigativo de produção de tais dados implica “examinar a constituição dos diferentes tipos de atores que compõem um coletivo” no curso mesmo de suas ações e intervenções (Cefai; Trom, 2001, p. 18), bem como tentar compreender de que modo “as lógicas de identificação política, de produção de disciplina e coesão no parlamento e de relação com o executivo” (Grill, 2008, p. 21) se transformam paralelamente às dinâmicas próprias e aos repertórios das organizações partidárias e em função dos contextos de interação em que se engajam coletivamente (Cefai; Trom, 2001).

A pesquisa que está na origem desse artigo, partiu, inicialmente, de objetivos muitos semelhantes aos das abordagens acima destacadas. Sem a pretensão de atribuir previamente à realização da pesquisa certa *exclusividade* de uma ou outra dessas dimensões, tratava-se, basicamente, de proceder à realização de uma investigação que levasse em conta, de forma *relacional*, tanto os *atributos* sociais e políticos dos funcionários dos partidos quanto das características próprias das organizações e dos *mecanismos institucionais* colocados em prática pelas organizações partidárias para recrutamento e seleção de tais profissionais. Ao mesmo tempo e contrariamente a predominância de estudos sobre candidatos e eleitos, nossa pretensão era justamente examinar as dinâmicas de seleção e inserção dos funcionários que ocupam cargos remunerados em diretórios nacionais, estaduais ou municipais de partidos políticos.

Assim, nosso objeto e problema de pesquisa estavam orientados para a investigação das condições e lógicas sociais que conduzem à ocupação de cargos remunerados em partidos políticos no estado de Sergipe, com base no exame das relações entre dinâmicas organizacionais, atributos sociais, inserções e relações pessoais, bem como na compreensão das concepções de política subjacentes ao ingresso e à atuação profissional deles em organizações político-partidárias.

Para dar conta de tais questões procedeu-se, primeiramente, ao levantamento dos diretórios estaduais dos vinte e oito partidos existentes no estado de Sergipe e dos nomes de seus principais dirigentes nos sites do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal Superior Eleitoral. Com base nisso, num segundo momento, visitamos dezesseis diretórios onde realizamos observação direta, bem como aplicamos trinta e dois questionários com funcionários e dirigentes de dezenove, dos vinte partidos existentes em Sergipe: em seus diretórios, em suas residências, escritórios, ou instituições de ensino onde eles estudam. Tais questionários tinham como eixos temáticos principais o levantamento de informações sobre suas origens sociais, os itinerários escolares e profissionais, os tipos de recursos e de vínculos sociais que fundamentam o exercício profissional e as principais modalidades de carreiras. Tal material possibilitou apreender os critérios de recrutamento para a ocupação de cargos dirigentes e empregatícios nestas instituições e traçar um perfil social dos que ocupam tais posições.

Juntamente com os questionários, foram realizadas entrevistas etnográficas com profissionais dos diretórios municipais e estaduais. Elas foram feitas depois de um trabalho de observação em alguns partidos, enquanto em outros através de contatos já estabelecidos no processo de aplicação de questionário. Elas serviram para aprofundamento dos vínculos e relações que os conduziram ao referido cargo, assim como das concepções de sociedade e política que fundamentam suas inserção e permanência nas organizações partidárias.

Foi com base na observação do cotidiano partidário que selecionamos e negociamos os profissionais aos quais seriam aplicados os questionários e as entrevistas. Em alguns casos o trabalho de observação foi impossibilitado devido a não autorização para realização do trabalho de campo. Todavia, foi através da incorporação de um *olhar reflexivo* sobre as observações dos diretórios e os contatos com os dirigentes durante o processo de negociação e de aplicação dos questionários e de realização das entrevistas que nos defrontamos com um conjunto relativamente novo de informações a respeito do

funcionamento dos partidos políticos e que necessitavam consideração e explicação: formas de interação entre funcionários de diferentes partidos, dinâmicas de funcionamento organizacionais, redes de inter-reconhecimento entre partidos, etc. Desse modo, a inserção das diferentes técnicas utilizadas numa abordagem etnográfica e as informações encontradas nos colocou no desafio de, ao invés de partir de uma definição prévia de “partido político”, tomá-la como uma categoria que está em jogo no próprio universo das organizações e das lideranças partidárias, fazendo parte da própria realidade que estamos investigando. Como bem adverte Bannani-Chraïbi (2000), tais informações não podem ser negligenciadas como matéria bruta ou anedótica, mas levadas a sério na medida em que são formas de “deixar falar o objeto” e que precisam ser seguidas para que possamos constituir, sob o concreto, os atores, os lugares e as temporalidades próprias do objeto (Favre, Fillieule, Jobarb, 2007).

1. “Será que é só o PT que lhe recebe bem?”

Nos repetidos encontros durante o processo de negociação da observação, da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas, pudemos observar certa diferenciação quanto às formas de tratamento e de aceitação de nosso acesso aos partidos: de um lado, os que nos viam com certa desconfiança e até mesmo com o que poderíamos inicialmente chamar de “medo”; de outro lado, os que se mostravam prontamente sem reservas e que nos acolhiam com solicitude.

O tratamento sem reservas está associado a certo “conhecimento” ou contato prévio do entrevistado com as ciências sociais, com o coordenador da pesquisa, com o entrevistador ou mesmo com amigos e colegas de curso. Nesse sentido, encontram-se os partidos cujos entrevistados fazem ciências sociais e já tinham sido alunos do coordenador da pesquisa, colegas de curso do entrevistador ou amigos desses, bem como partidos nos quais, além dos aspectos anteriores, a presença de membros e militantes vinculados às ciências sociais é muito freqüente (Partido dos Trabalhadores, PT; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, PSTU; Partido Socialismo e Liberdade, PSOL; Partido Comunista do Brasil, PCdoB). Outra situação que facilitou o acesso e a disponibilidade dos entrevistados para a pesquisa foi o fato de ser “conterrâneo” do entrevistador. Tal situação facilitava o estabelecimento do contato, bem como certa descontração durante a conversa inicial uma vez que dava acesso a acontecimentos,

nomes de pessoas, lideranças e fatos políticos locais.

A atitude desconfiada, com reservas ou desinteressada está associada às situações nas quais os entrevistados desconhecem o entrevistador, o coordenador da pesquisa e colegas do curso de ciências sociais ou, no máximo, quando demonstram certo conhecimento das ciências sociais as vinculam a determinados partidos, como PT, PSOL ou PSTU. Uma situação ilustrativa disso foi um dos primeiros contatos com o diretório dos Democratas (DEM). Ao apresentar a pesquisa como vinculada à Universidade Federal de Sergipe (UFS) e com o tema os partidos políticos, a atendente demonstrou certo medo e disse “que não tinha nada a ver com essas coisas”, sugerindo falar com outro funcionário o qual indagou novamente quem era o entrevistador e sobre o objetivo da pesquisa. Situação semelhante ocorreu no Diretório Estadual do Partido Democrático Trabalhista (PDT), posto que uma senhora quando foi informada que o questionário visava coletar informações sobre funcionários dos partidos ficou assustada e apreensiva, dizendo imediatamente que não era funcionária. Situações semelhantes ocorreram no Partido Social Liberal (PSL), Partido Socialista Cristão (PSC), entre outros.

Essas diferenças quanto às formas de relacionamento com os pesquisadores e os objetivos da pesquisa, podem ser mais bem considerados quando se observa que as demandas por filiação que os entrevistados dirigiam aos pesquisadores não provinham de igual maneira do conjunto dos partidos contatados. Pelo contrário, no primeiro conjunto de partidos com os quais os pesquisadores tinham algum tipo de “proximidade” como descrito acima, isso nunca ocorreu. Em nenhum momento nos sentimos desconcertados e até mesmo constrangidos com indagações sobre em quem iríamos votar ou qual era nosso partido. No entanto, com os partidos com os quais tínhamos um maior “distanciamento” era muito comum sermos “presenteados” com adesivos, cartilhas livretos e estatutos e com convites para filiação. Outras situações mais constrangedoras ocorriam quando no início da conversa, após expor os objetivos da pesquisa, ouvíamos o entrevistado nos perguntar se votaríamos em seu candidato.

Como se sabe, as dificuldades, os constrangimentos e as tensões que emergem do processo de inserção no terreno de análise, do levantamento das informações sobre o objeto e problema de pesquisa, assim como das formas de disponibilidade e de acesso aos entrevistados, a documentos, registros e práticas existentes, são “portadoras de uma informação positiva” sobre as condições e situações que as produzem, podendo “se converter em fontes de informação capaz de enriquecer

nossa análise das formas da respectiva construção social” e ser consideradas como uma “realidade social a ser analisada como tal” (Merllié, 1996, p. 156-157). Por que certos contatos eram tão fáceis e amigáveis enquanto outros tão tensos e cheios de desconfiança? Porque em certos partidos éramos publicamente constrangidos a responder a perguntas sobre nossas opções eleitorais enquanto que em outros partidos tais questões jamais vinham à tona? Até que ponto essas e questões similares que surgiram em função do processo de pesquisa já nos dizia algo sobre o modo de *configuração* da própria realidade social a ser investigada?

Aos poucos, e principalmente no caso daqueles partidos que se mostravam mais distantes e de difícil acesso, percebemos que o fato de ir ostensivamente a um mesmo diretório e o estabelecimento de conversas constantes sobre *familiares, parentes e conhecidos* e mesmo sobre *questões pessoais*, possibilitou a criação de uma relação de confiança com alguns funcionários e dirigentes de tais partidos. Isso facilitou o acesso à pesquisa e, em alguns casos, uma mudança da sensação inicial de desconfiança para uma atitude de maior descontração e solicitude.

Não é de hoje que se tem demonstrado o quanto “o laço pessoal” com pessoas que mantêm vínculos institucionais com o universo de pesquisa constitui um dos recursos principais para o acesso do pesquisador ao terreno de investigação. Tal como nas situações comuns ou no dia-a-dia do funcionamento institucional, elas têm um peso bem maior do que as “referências institucionais e formais”: chamar a atenção para a “particularidade” de nossa situação, encontrar alguém que se faça de “porta-voz” de nossos interesses, utilizar “argumentos” e “tratamentos” pessoais, etc., constituem recursos bem mais eficazes para o ingresso e a obtenção de material relevante para a pesquisa, do que recorrer a obrigações e argumentos formais e institucionais (Bezerra, 1995, p. 26-28).

No entanto, os pesquisadores, em geral, dão pouca importância à análise das condições sociais e dos processos de produção dos dados de sua pesquisa. Sem dúvida, um dos primeiros desafios que um *olhar reflexivo* sobre o objeto de análise nos colocou, consistiu justamente em *levar a sério* o próprio processo de aplicação de questionários e de realização de entrevistas e as respectivas informações que nos eram constantemente reveladas. Tal postura difere de uma prática que se tornou corriqueira na sociologia nos últimos anos, que consiste em elaborar uma espécie de lista das peculiaridades no percurso de determinada pesquisa e de suas relações com diferenças de posição social

dos investigadores e investigados, no intuito de minimizar as dificuldades de acesso ao terreno e de transformá-las em “dados” (Pinçon; Pinçon-Charlot, 1991; Chamboredon, 1994). Antes disso, ao invés de partir de uma problemática já pronta, nos sentimos desafiados a *seguir e deixar falar o objeto* partidos políticos, não apenas sobre o que interessava aos pesquisadores ou, no caso, as diferenças de posição social, mas sobre seu próprio estatuto, condições e formas de existência enquanto objeto.

Nesse sentido, tais situações nos colocaram em contato direto com os modos de operar dos partidos, com as concepções e práticas inculcadas pelos seus membros e funcionários, em suma, com relações constitutivas do universo que estávamos querendo pesquisar. Dito de maneira mais precisa, tais indagações, que surgiram das próprias observações e contatos iniciais com o universo da pesquisa, nos colocaram diante da importância das *relações pessoais* como forma de acesso do pesquisador ao universo de pesquisa.

O estabelecimento de uma relação de confiança constitui um desafio e uma necessidade premente para o desenvolvimento de qualquer investigação (Beaud; Weber, 1998). Em consonância com isso, a partir do processo de aplicação de questionários a lideranças de partidos políticos, Bennani-Chraïb (2000) chamou a atenção para a importância do trabalho, por vezes longo e paciente, de “confecção das redes de confiança”. No nosso caso, a relação de confiança estabelecida durante o processo de negociação e realização das entrevistas somente foi possível pelo fato do pesquisador estar previamente inserido num universo próximo aos dos entrevistados e, até mesmo, manter *laços pessoais* com colegas, amigos e conhecidos destes.

Tal aspecto está diretamente ligado às formas de entrada e de permanência dos funcionários nos partidos políticos. Ou seja, estamos diante de um universo social em que os *vínculos pessoais* estabelecidos com amigos, conhecidos ou políticos têm um forte peso para o ingresso e a permanência nas organizações partidárias. Nesse sentido, observamos que, em 28 questionários (dos 32 aplicados), um percentual de 78,60% (atribui notas entre 3 e 5) reconhece a importância da indicação de amigos, conhecidos ou políticos na escolha do partido onde trabalha. Enquanto isso, os que consideram que tais tipos de vínculos tiveram pouca importância para o acesso ao cargo que ocupam no partido constitui um percentual de 21,4% (atribui notas entre 0 e 2). De forma semelhante, o conhecimento prévio de colegas que eram da mesma área e atuavam já na instituição partidária também tem um peso relevante de modo que os que atribuem notas

de 3 a 5 alcança um percentual de 64,40%.

Fatores que mais pesaram na escolha do partido onde trabalha - Indicação de algum amigo, conhecido ou político (Atribuição de nota de 0 a 5)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	5	15,6	17,9	17,9
	1	1	3,1	3,6	21,4
	3	5	15,6	17,9	39,3
	4	3	9,4	10,7	50,0
	5	14	43,8	50,0	100,0
	Total	28	87,5	100,0	
Missing	System	4	12,5		
	Total	32	100,0		

Nesse sentido, mais do que uma simples dificuldade do processo de acesso ao terreno e ao material de investigação, tais observações e contatos estabelecidos anteriormente, bem como durante o processo de aplicação dos questionários e de realização das entrevistas, nos colocou diante de um dos aspectos mais constantes dos modos de operar dos partidos políticos e, particularmente, das formas de seleção dos que ocupam cargos remunerados em tais organizações, independente das siglas e ideologias partidárias: a importância dos *vínculos pessoais* com amigos, conhecidos, parentes, etc., para o ingresso em tais organizações.

Assim, tais situações demonstram que as negociações para o acesso ao terreno de investigação, com suas surpresas e inquietações, constituem situações privilegiadas para nos informar sobre as condições de produção tanto dos materiais e informações que poderão ser utilizadas como “dados” para a investigação quanto do próprio objeto de pesquisa. Por isso, a definição das técnicas de investigação não pode ser feita de antemão com base numa espécie de preferência teórica e metodológica prévia tanto a respeito do alcance e eficácia das “técnicas” quanto dos lugares, atores e temporalidades relacionadas aos objetos de investigação (Bennani-Chraïb, 2000). Em nosso caso, a observação dos diretórios e a análise atenciosa dos eventos vinculados ao processo de negociação dos questionários e das entrevistas constituiu uma via para apreensão de uma série de aspectos constitutivos da dinâmica de organização dos partidos e das formas de atuação de seus funcionários e dirigentes.

2. Repertórios Organizacionais, Grupos Políticos e Alianças Partidárias

O estabelecimento de vínculos pessoais e a confecção de redes de confiança não constituem os únicos aspectos que os partidos políticos expõem durante o processo de negociação do acesso às fontes de informação. Em muitos casos, o difícil acesso aos funcionários das organizações partidárias resulta da própria dinâmica de funcionamento do partido, no sentido de que muitos partidos não dispõem de infra-estrutura e pessoal permanente para atendimento a um público mais geral.

Quanto a isso, uma dificuldade recorrente no trabalho de levantamento dos dados está diretamente ligada à própria dinâmica de funcionamento dos partidos e sua relação com o período eleitoral. Isso porque quanto mais próximo do período eleitoral, mais improvável de conseguirmos contatar os que trabalham nos partidos. Assim, em muitos casos o difícil contato decorre do fato de o funcionário estar totalmente envolvido com o processo de filiação daqueles que pretendem se candidatar a algum cargo eletivo no seu partido. Ainda que as organizações partidárias constituam um dos fatores que contribui para que a política funcione como uma atividade permanente (Weber, 1979; Michels, 1982; Phélippeau, 2001), seu ritmo está diretamente dependente das temporalidades da política eleitoral, de modo que em muitos casos tanto o período imediatamente próximo às eleições quanto o muito distante constituem momentos de difícil acesso ao universo pesquisado: no primeiro caso, pelo excesso de atividades envolvendo os funcionários dos partidos; no segundo, pela inexistência de locais para atendimento e ausência de pessoal, uma vez que a organização somente dispõe de sede e pessoal permanente nos diretórios no período eleitoral. Desse modo, não foram poucos os casos onde não encontramos ninguém para atender ao telefone, nem tampouco os endereços que constavam no site do Tribunal Regional Eleitoral correspondiam à localização da sede. Cabe ainda salientar aqueles partidos cujas sedes, mesmo em períodos de maior agitação eleitoral, estão sempre fechadas e sem pessoas disponíveis para o atendimento.

Independentemente do impacto que período eleitoral tem sobre a organização e a dinâmica de funcionamento cotidiano do conjunto dos partidos políticos, eles constituem universo bastante heterogêneo e diferenciado. De um lado, encontramos partidos com uma boa estrutura organizacional e um quadro permanente de funcionários contratados. No outro extremo, partidos que não contam com a mínima estrutura

organizacional necessária à manutenção de seu funcionamento cotidiano e de forma permanente, como secretária, secretário executivo, etc. Quanto a isso, a investigação demonstrou que o valor da arrecadação do Fundo Partidário, administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que se destina à manutenção dos partidos políticos, constitui um aspecto importante para a compreensão dessa diferenciação em termos das dinâmicas organizacionais como, por exemplo, a manutenção de sedes, a existência e o tamanho do quadro funcional com cargos remunerados, aquisição de equipamentos eletrônicos (principalmente computadores), etc.

Isso porque no que concerne à existência ou não de funcionários com cargos remunerados em partidos políticos no estado de Sergipe, assim como no restante do Brasil, uma das condições importantes é o valor da arrecadação do partido no Fundo Partidário, administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Uma das principais fontes de receita dos partidos políticos é justamente a oriunda do repasse das cotas do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), previsto no artigo 17, § 3º, da Constituição Federal, o qual é constituído pela arrecadação de multas eleitorais, doações de pessoas físicas ou jurídicas e dotações orçamentárias da União. O Tribunal Superior Eleitoral é incumbido de fazer a respectiva distribuição aos órgãos nacionais dos partidos, obedecendo aos seguintes critérios: 5% do total do Fundo Partidário é destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% são distribuídos aos partidos que tenham direito a funcionamento parlamentar, na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados. Os órgãos nacionais dos partidos políticos procederão à redistribuição da cota recebida às seções regionais, e estas às municipais, na forma do que dispuserem os respectivos estatutos, cuja movimentação deve ser feita em estabelecimentos bancários oficiais. Os recursos provenientes do Fundo Partidário devem ser aplicados na manutenção das sedes do partido, no pagamento de pessoal, na propaganda política, nas campanhas eleitorais, na criação e manutenção de instituto ou fundação de doutrinação e educação política e em programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Em relação a isso, observa-se que **39,11%** do total destinado aos partidos políticos no ano de 2013², estão concentrados em apenas três partidos, no caso PT com

² , Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-distribuicao-do-fundo-partidario-duodecimos->

16,09%, PMDB com 12,01% e PSDB com 11,01%. Outro conjunto formado por cinco partidos têm uma participação de **31,41%** do total, no caso PR com 7,01%, o PP com 6,72%, o PSB com 6,68%, o DEM com 5,01% e o PSD com 3,66%. Somados esses dois conjuntos pode-se dizer que oito partidos, do total de 32, concentram **70,52%** do total destinado aos partidos políticos. Dos 24 partidos restantes encontramos um percentual de **22,94%** distribuídos em oito partidos, os quais contam com uma participação no fundo variando entre 1,82% a 4,74%. Por fim, 16 partidos ficam com percentuais individuais abaixo de 1% totalizando **6,54%** de participação do conjunto no fundo partidário.

Assim, a grande heterogeneidade e diferenciação em termos de estruturas e dinâmicas organizacionais que encontramos em nossas visitas às organizações partidárias parecem estreitamente ligadas às participações desiguais e diferenciadas dos partidos na distribuição do Fundo Partidário. Nesse sentido, um maior ou menor repasse de recursos do fundo a um determinado partido parece influir diretamente em questões capitais das estruturas partidárias como, por exemplo, manutenção de sedes, pagamento de funcionários, aquisição de equipamentos eletrônicos, etc.

Durante o período em que estivemos em campo pudemos perceber casos como o do Partido Social Cristão/AJU-SE, onde o tesoureiro nos informou que o diretório estadual de seu partido possui um advogado e um tesoureiro que prestam serviços ao partido, bem como a outros partidos também. Quando perguntado se o seu partido tem ou não dois diretórios em AJU/SE, ele nos disse que não, assim como quase todos os demais partidos abrangidos, procurados ou inquiridos, em nossa pesquisa. Contrariamente a isso, o Partido dos Trabalhadores (PT) é um dos poucos que possui nesta mesma cidade dois diretórios, um estadual e um municipal, sendo que no primeiro há três funcionários (auxiliar administrativo, assessor financeiro e secretário executivo) e no segundo apenas um. Não por acaso, trata-se do partido que figura como o primeiro no ranking da arrecadação do fundo partidário. Ainda no que concerne à influência que as diferentes quantias arrecadadas pelo fundo partidário de cada legenda partidária têm sobre o funcionamento dos partidos políticos, bem como a ocupação de cargos remunerados nesses, pode-se destacar o caso dos Democratas/SE (DEM). Segundo um assessor político, que é empregado do partido, o seu salário mensal é pago pelos recursos advindos do Fundo Partidário.

Concomitantemente a estas situações, há ainda os casos do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), no qual entrevistamos a presidenta do Diretório Estadual/SE e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual entrevistamos a tesoureira do Diretório Estadual/SE. Em ambos os casos por terem uma pequena representação na Câmara dos deputados e no Senado da República, têm uma pequena arrecadação de fundo partidário, sendo que o primeiro ocupa a vigésima quinta posição e o segundo ocupa a décima quarta. Eles não possuem também representantes eleitos pelo estado de Sergipe tanto na Câmara como no Senado. Por isso, segundo as informantes há dificuldades para que seus partidos possuam um quadro funcional com cargos remunerados, bem como para a manutenção de seus diretórios, o que é superado ou pelo menos se tenta superar, por meio de contribuições financeiras dos filiados dos partidos em sua esfera estadual.

Em geral, o percentual das verbas provenientes do financiamento público constitui uma parte muito importante da estrutura das receitas dos partidos políticos (Offerlé, 2012). Em Sergipe, a existência de funcionários com carga horária e funções específicas, ainda que diversificadas, apresenta-se, inicialmente, estreitamente ligada à participação do partido na arrecadação do Fundo Partidário. Nesse sentido, pode-se dizer que, se o processo de institucionalização dos partidos políticos tem sido marcado pela existência de quadros funcionais e/ou dirigentes detentores de competências específicas necessárias às suas atuações e que se dedicam a essas, a fim de atingir os objetivos de suas instituições, o percentual de participação do partido no fundo constitui um dos ingredientes importantes para que isso ocorra. Tal aspecto tem sido geralmente caracterizado, e também avaliado, como uma “crescente regulação estatal da vida partidária” no Brasil, à qual vem se aprofundando desde meados da década de 1990 (Nicolau, 2010, p. 232). Nessa perspectiva, tem sido dito que esse processo tem contribuído para uma espécie de “estatização” dos partidos brasileiros, indicado pela crescente dependência destes em relação aos recursos estatais (fundo e horário partidário/eleitoral).

Todavia, essa relação entre a participação na arrecadação do Fundo Partidário e a constituição de uma estrutura organizacional e funcional não deve ser vista de forma mecânica ou mesmo automática, como se a existência e o número de funcionários dos partidos correspondesse de forma exata e proporcional ao percentual de participação no fundo. Um bom exemplo disso é o caso do Partido Socialista Brasileiro em Sergipe que,

mesmo figurando no ranking da arrecadação do fundo partidário em sexto lugar, é o que possui o maior quadro funcional entre os partidos investigados, tendo quatro funcionários, enquanto que os demais têm apenas entre um e três. Tal observação é importante na medida em que nos coloca diante da relevância de outros fatores para a compreensão das dinâmicas organizacionais e das formas de funcionamento dos partidos políticos, bem como de sua relação com o financiamento público. Por isso, a análise das dinâmicas de emergência e de consolidação das organizações partidárias deve estar estreitamente interligada às histórias de consolidação dos principais grupos políticos em determinada região ou localidade, aos tipos de relações estabelecidas entre eles e suas relações com valores e concepções de política vigentes.

Nesse sentido, as condições de emergência e de consolidação dos partidos políticos mostraram-se estreitamente interligadas à gênese e configuração dos principais grupos e lideranças dominantes no estado e às relações de força e de colaboração existentes entre eles, bem como suas vinculações com as lógicas contextuais e locais de implantação das organizações partidárias e com o papel das alianças eleitorais na transformação das organizações e práticas partidárias (Goirand, 2007). A respeito disso, observa-se que em Sergipe, semelhante ao que se tem salientado a respeito do sistema político nacional, os partidos que apresentam uma maior participação na arrecadação do Fundo Partidário são justamente aqueles que estão mais diretamente ligados aos processos de afirmação e de diversificação dos principais grupos dominantes existentes no estado e ao estabelecimento de recorrentes alianças eleitorais entre eles (Dantas, 2004). Desse modo, observa-se que em termos de siglas partidárias, a partir dos anos de 1980, a vida política do estado de Sergipe foi dominada inicialmente pelo PDS, depois pelo PFL (atual DEM) e pelo PSDB e, por fim, pelo PT a partir dos 2000 (primeiramente na capital em 2000 e no governo do estado, em aliança com o PMDB, a partir de 2006) (Dantas, 2002). Em torno dessas siglas encontram-se alguns dos principais grupos políticos e lideranças dominantes no estado.

Primeiramente, o grupo liderado pelos Francos que tem um papel destacado na política de Sergipe desde o governo militar, em torno da pessoa de Augusto do Prado Franco (Dantas, 2002). Inicialmente, através da UDN que, durante a ditadura militar, constituía uma das forças políticas mais importantes de Sergipe e fazia parte da ARENA à qual teve uma ação unânime em Sergipe devido à falta de oposição em relação ao governo militar no estado. Depois, no comando do governo do estado durante o regime

militar e na criação e liderança do principal partido situacionista, o Partido Democrático Social (PDS). Podemos remontar aos vínculos estabelecidos com a pessoa e a liderança de Augusto do Prado Franco a emergência e a consolidação de duas diferentes lideranças políticas que se tornaram os dirigentes de agremiações partidárias que estiveram à frente da política estadual entre 1985 e 2000. Atualmente eles estão à frente do DEM e do PSDB que, inclusive, figuram hoje entre os partidos que têm uma participação relevante no fundo partidário.

No caso do PSDB, trata-se de Albano Franco, um dos filhos de Augusto do Prado Franco, que governou Sergipe por duas vezes pelo PSDB (1995-1998; 1999-2002). No entanto antes de entrar no PSDB ele transitou por vários partidos: na ARENA de 1966 até 1979, no PDS de 1980 a 1985, no PFL em 1985, no PMDB de 1986 a 1989 e no PRN de 1990 a 1992. No caso do DEM trata-se de João Alves Filho, atual presidente do partido e prefeito de Aracaju e que governou o estado de Sergipe durante três mandatos (1983-1986; 1991-1994 e 2003-2006). Trata-se de um antigo aliado de Augusto do Prado Franco que, juntamente com este, atuava na antiga ARENA, mas que durante a transição e a alternância do poder dos militares para os civis distanciou-se do antigo aliado, construindo um grupo próprio através da criação do PFL em Sergipe e, depois passando a integrar a agremiação chamada Democratas, quando foi deliberada a extinção formal do PFL em 2007. Foi também pelo PFL que Antônio Carlos Valadares, antigo aliado (vice-governador) e sucessor do então governador João Alves Filho foi eleito governador do estado (1987-1990).

O caso de Antônio Carlos Valadares é relevante para demarcar também a posição do PSB nas relações de força e de conflito entre os principais grupos políticos do estado. Isso porque o ex-presidente e atual senador pelo partido, Antônio Carlos Valadares, fez carreira política, inicialmente, pela ARENA, vinculado também ao grupo liderado por Augusto do Prado Franco, sendo eleito vice-governador de Sergipe pelo PDS na chapa de João Alves Filho em 1982. Juntamente com esse, filiou-se depois ao PFL pelo qual foi eleito governador de Sergipe em 1986, como sucessor daquele, tornando-se o único governador do Brasil não pertencente ao PMDB a vencer no pleito daquele ano (Dantas, 2002). No entanto, em outubro de 1991 deixou o PFL para ingressar no Partido Social Trabalhista (PST), em decorrência de desentendimentos e ressentimentos com o grupo de João Alves, afastando-se politicamente desse e aliando-se aos grupos de esquerda. Com a extinção do PST filiou-se, primeiro, ao PP sendo eleito

senador em 1994 e, depois ao PSB, sendo reeleito senador em 2002 e 2010. Atualmente seu filho, Antônio Carlos Valadares Filho, deputado federal, é o presidente do partido no estado e seu sobrinho, Pedro Valadares, ex-deputado federal por Sergipe em três ocasiões estava na coordenação da campanha de Eduardo Campos à presidência como também no voo que caiu em Santos em agosto de 2014.

Como representante de outra agremiação que tem uma posição destacada na arrecadação do fundo partidário, mas cuja história está vinculada à emergência e consolidação de grupos e lideranças políticas de Sergipe que desde o governo militar eram do grupo opositor, destaca-se o PMDB (Dantas, 2002; 2004). Atualmente está sob a presidência de Jackson Barreto, uma liderança cuja carreira política remonta à década de 1970 na juventude do MDB, tendo militado também no clandestino PCB. Pelo MDB foi eleito deputado estadual em 1974, federal em 1978, ingressando no PMDB e sendo reeleito para a Câmara dos Deputados em 1982 e para prefeito da capital do estado em 1985 com a aliança e o apoio de João Alves Filho do PFL. Após sua cassação em 1998, ingressou no PSB onde permaneceu até 1992, no PDT de 1992 a 1995, no PMN de 2001 a 2003, no PTB de 2003 a 2007 e retornando ao PMDB em 2007, onde permanece como presidente do partido. Em 2013, com a morte do então governador do PT, Marcelo Déda, assumiu o governo do estado e é candidato à reeleição em 2014. Por fim, no caso do PT, trata-se da agremiação cujo índice de participação no fundo partidário é mais destacada e cuja história também está associada à emergência de lideranças e grupos políticos inicialmente contrários ao governo militar. Sua ascensão no estado de Sergipe teve como uma das principais lideranças o ex-governador Marcelo Déda: deputado estadual de 1987 a 1990 e federal de 1995 a 1999 e de 2000 a 2001, quando foi eleito prefeito da capital do estado por dois mandatos sucessivos, até o ano de 2006, quando se licenciou do cargo para concorrer e assumir o governo estadual de 2007 a 2010, sendo reeleito e permanecendo no cargo até seu falecimento em 2014.

Como podemos ver, em Sergipe, semelhante ao que se tem salientado a respeito do sistema político nacional, os partidos que têm uma maior participação na arrecadação do fundo partidário são justamente aqueles que estão mais diretamente ligados aos processos de afirmação e de diversificação dos principais grupos e lideranças políticas dominantes no estado. Para isso, a configuração das alianças eleitorais, ainda que apresente forte variação segundo os estados da federação, tiveram um papel relevante, na medida em que contribuíram para o estabelecimento de relações de

colaboração entre tais grupos, como também para a transformação das organizações e práticas partidárias (Goirand, 2007).

Assim, em meio à proliferação e a uma progressiva fragmentação do quadro partidário, em conformidade com as reformas da legislação partidária em âmbito nacional, e a uma relativa alternância dos principais partidos que governaram Sergipe a partir da transição democrática, a política estadual tem sido dominada até os anos 2000 pelos partidos vinculados a dois principais grupos: os franquistas (PDS, PSDB) e o grupo liderado por João Alves Filho (PDS, PFL, DEM). Evidentemente, isso não impedia que eles estabelecessem alianças em sucessivas eleições: nas para governador de 1990, 1994, 2006, 2010, 2014; nas para prefeito de 1992, 1996, 2000, 2012. No caso do PT que, a partir de início dos anos 2000, começa a ter uma implantação mais expressiva no estado, ocorre que até a eleição municipal de 1988 predominava uma estratégia de recusar alianças. No entanto, a partir da eleição para governador do estado de 1990 ele passou a estabelecer alianças com os partidos ideologicamente mais próximos. Na eleição de 2006 iniciou alianças com antigos aliados do PSDB e PFL; inclusive com o próprio PSDB na eleição para prefeito de 2008. Por fim, no caso do PMDB as alianças com os mais diferentes grupos e os partidos que têm maior sucesso eleitoral tem sido uma característica constante, independente das constantes mudanças das lideranças e grupos políticos sob a direção do partido (Dantas, 2002): com o PFL (em 1985, 1988, 1990, 1994; 2000), com o PDS (em 1986; 1990), com o PSDB (em 1994; 1998; 2002), com o PT (em 2006, 2008, 2010, 2012, 2014).

Em linhas gerais, pode-se dizer que em Sergipe, entre 1985 e 2014, as alianças envolveram praticamente todos os partidos, independente do conteúdo ideológico das organizações. Isso não quer dizer que não tenha ocorrido diversificação dos grupos e lideranças políticas em concorrência, mas indica que isso teve como base certa continuidade dos principais grupos políticos que dominaram a política partidária e eleitoral no estado (Dantas, 2002). Para isso, as alianças partidárias têm trazido diversos benefícios para os partidos e grupos políticos. Diante da acentuada proliferação de siglas partidárias e de fragmentação do sistema partidário brasileiro (número elevado de partidos e de duração efêmera, forte nomadismo dos eleitos, implantação regional muito variada dos partidos nos diferentes estados e regiões, etc.), as alianças partidárias têm possibilitado, entre outras coisas, uma articulação dos diferentes níveis de campanha (nacionais, estaduais e municipais), envolvendo relações de força e de colaboração muito

diferenciadas entre atores e instituições dos diferentes estados da federação (Goirand, 2007, p. 47-8).

Semelhante ao que tem sido observado a respeito do sistema político nacional e de outras situações estaduais, contribui para isso o fato da estruturação dessas alianças estarem fortemente relacionadas a práticas e estratégias partidárias individualizadas dos candidatos e de personalização da concorrência (Dantas, 2002; Goirand, 2007). Tais formas de aliança consistem em investimentos voltados tanto para a consolidação quanto para a renovação de laços pessoais e políticos. Eles têm como base uma concepção de política fundada na distribuição de favores e no peso relativo dos partidos políticos na competição eleitoral, de modo que as práticas de representação são percebidas como resultado mais de “esforços e ações individuais” do que do “capital delegado” (Bezerra, 2013, p. 283). Essa importância das relações pessoais na dinâmica de funcionamento das organizações partidárias é um dos fatores constitutivos da continuidade de uma grande variação das “alianças, acordos, combinações e pactos entre diferentes partidos” no plano municipal, no estadual e no federal (Queiroz, 1976, p. 28-29).

Apesar dessas disparidades regionais e da importância da dimensão local para a compreensão da vida política e partidária (Queiroz, 1976), a literatura tem privilegiado a análise das alianças e dos partidos políticos no nível nacional com base em questionários, enquanto que são raros os trabalhos etnográficos construídos desde o nível local e mais precisamente sobre o engajamento e a inserção local dos partidos (Goirand, 2007). Do mesmo modo, pode-se dizer que a tendência, acima mencionada, de centrar a análise dos partidos políticos nas lideranças e seus atributos parece em total acordo com o fenômeno da personalização e da individualização da concorrência, ao invés de se debruçar sobre as relações concretas de estruturação e de funcionamento cotidiano das organizações partidárias. Resta a interrogação se a adoção e até mesmo a naturalização de tais definições e procedimentos de análise não equivale justamente a “deixar que a representação socialmente instituída do objeto tome a vez do que, a cada momento, deve ser sociologicamente construído como objeto de análise” (Sawicki, 1997).

Não é de hoje que a falta de interesse em descobrir a “racionalidade” e a “linha de continuidade” internas da política brasileira tem sido apontada como responsável pelas análises que a vêem como “caótica”, “absurda” e “irracional” (Queiroz, 1976, p. 29). Nos últimos anos tem persistido e até mesmo se expandido tal atitude, apesar da grande renovação e diversificação teórica, conceitual e metodológica dos

estudos sobre os fenômenos políticos no Brasil. Semelhante ao que tem acontecido em outras áreas de investigação contribui, para isso, a persistência na produção acadêmica nacional de certa tendência de importação, utilização e “difusão de abordagens conceituais, de problemáticas e de interpretações homogêneas”, com base na inserção e circulação de estudantes e pesquisadores entre grupos e redes de pesquisa vinculadas a universidades e instituições dos EUA e da Europa, colaborando, assim, para que os esforços de teorização continuem parciais e limitados (Goirand, 2010, p. 460; Oliveira, 2013). “Coladas como etiquetas” aos fenômenos políticos (Queiroz, 1976, p. 18) muitos das idéias, conceitos e resultados vinculados a tais abordagens acabam sendo utilizados com um “viés claramente normativo”, na medida em que atribui um estatuto negativo ou secundário às relações pessoais no “ordenamento das relações sociais”, interpretando-as como “sobrevivência de relações tradicionais” ou, na melhor das hipóteses, como “indício de desenvolvimento incompleto” das instituições políticas (Bezerra, 2013, p. 284).

Isso ocorre independente das “escolas” e dos autores importados que estão servindo de fundamento ao debate dos fenômenos políticos. A respeito disso, o que se observa é uma grande “linha de continuidade” quanto à antiga tendência da produção acadêmica brasileira de “fugir ao preceito sociológico” de “observar antes de interpretar” e de “ir ao campo” munido de “interpretações prévias” importadas e de tentar impô-las aos “fatos brasileiros” (Queiroz, 1976, p. 18). Nesse sentido, ao seu modo, a produção brasileira faz questão de continuar com uma atitude ainda muito comum nas ciências sociais que contribui para que permaneça distante da prática de investigação dos fenômenos políticos a adoção de uma sensibilidade que esteja voltada para a apreensão dos significados que as pessoas estudadas atribuem à sua realidade social e política, assim como a tarefa de tomar como objeto de análise a própria existência dos agregados como: Estado, partidos, movimentos, etc. (Auyero, 2006; Schatz, 2009; Latour, 2007).

3. “Seguidores”, “Militantes” e “Funcionários”

Do mesmo modo que a procura pelos diretórios, a visita e observação deles, a aplicação do questionário e a realização das entrevistas nos colocam diante de um universo muito heterogêneo em termos das funções empregatícias exercidas nos partidos. A isso está associado também o fato de que a estrutura de funcionários contratados

apresenta enorme variação de partido para partido. Assim, em alguns casos são recorrentes certas funções como secretário-geral, auxiliar administrativo, tesoureiro, enquanto que em outros tais atribuições são exercidas pelos próprios presidentes.

Por isso, se nossa pretensão, desde o início, era não limitar nossa investigação aos chamados políticos profissionais, em algumas situações isso foi praticamente impossível. Desse modo, em nosso universo de entrevistados 28,1% dos que exercem funções administrativas são dirigentes, não dispondo o partido de nenhum funcionário contratado. Encontramos também uma quantidade enorme de profissionais que atuam nos partidos, mas que são cedidos de outras instituições vinculadas à política do referido partido (21,9%): funcionários públicos da prefeitura, da assembleia e do governo estadual, do senado federal, assessores parlamentares que prestam serviços ao partido, cargos de confiança, etc. Assim, apenas 37,5% dos entrevistados são funcionários cujo vínculo com o partido é de efetivo contratado. Essa heterogeneidade quanto aos tipos de vínculos empregatícios com o partido se desdobra na combinação da função empregatícia exercida nele com outras funções na estrutura partidária e até mesmo em outras instituições. Quanto a isso somente um percentual de 40% representa os que se dedicam exclusivamente ao exercício de funções empregatícias no partido, sem nenhum exercício de funções administrativas em outras instituições ou mesmo de direção na estrutura dirigente do partido. Já os dirigentes que desempenham funções empregatícias como funcionário e que também fazem parte do quadro dirigente do partido constitui um percentual de 43,4%. Por fim, outro conjunto, que representa um percentual de 16,6%, é formado por aqueles que se encontram na condição de cedidos ou licenciados, mas que exercem simultaneamente funções em outras instituições políticas e administrativas.

Tais diferenças de vínculos e de combinações de funções estão estreitamente vinculadas à posição do partido na distribuição do fundo partidário. Assim, aqueles partidos onde são recorrentes algumas funções como secretário-executivo, auxiliar administrativo, tesoureiro, etc., são justamente os que têm uma participação maior no fundo partidário, enquanto que são justamente os que dispõem de uma parcela muito pequena de tais recursos aqueles nos quais é comum encontrarmos os dirigentes desempenhando ou acumulando estas funções com outras na estrutura dirigente do partido, bem como a utilização de profissionais licenciados ou cedidos de outras instituições para desempenhar tais funções nos partidos. Todavia, em meio a essa enorme variedade em termos de estrutura organizacional, de vínculos e exercício de funções

empregatícias nos partidos, o conjunto dos entrevistados apresenta algumas características gerais que merecem ser destacadas.

Trata-se de uma população com faixas etárias predominantemente acima dos 32 anos. Ou seja, apenas 18,8% do total estão na faixa etária que fica entre 22 e 31 anos, enquanto que 68,7% estão na faixa que vai dos 32 aos 52 anos e 12,5% estão acima de 52 anos. Dito de outro modo destaca-se um percentual de 81,2% de entrevistados que estão na faixa etária acima 32 anos. Nesse sentido, pode-se dizer que não se trata de um conjunto cujo ingresso no partido é concomitante ou imediatamente posterior à entrada no mercado de trabalho, seja após a conclusão de seus estudos secundários ou mesmo universitário. Até mesmo porque dos 18 questionários que apresentam informações sobre o grau de escolarização, somente um percentual de 33,3% possui formação universitária completa, enquanto que 55,6% possuem apenas formação secundária completa. Antes disso, observa-se justamente que do total de 32 questionários um percentual de 87,5% exerceram atividades profissionais anteriormente à ocupação do atual cargo no partido, enquanto que apenas 12,5% não exerceram atividades profissionais.

Desse modo, a forte articulação da formação escolar e universitária com a militância política não parece caracterizar a entrada no partido do conjunto investigado. Até mesmo porque para o conjunto, a militância anterior em organizações estudantis, sindicais, religiosas, profissionais ou em associações de bairros e movimentos sociais é, em geral, muito pequena, não ultrapassando o percentual de 20%. Pelo contrário, é muito alto o percentual dos que nunca participaram ou participam de movimentos sociais (81,3%), organizações profissionais (81,3%), associações de bairro (78,1%), sindicatos (75,%) , organizações estudantis (71,9%). Mesmo a militância anterior em partidos políticos ou na própria organização em que trabalha é muito pequena com um percentual de 12,5%.

Isso não impede que, quando se trata da participação em partidos políticos, um percentual de 46,9% diga respeito aos que tem nessa forma de organização seu primeiro engajamento político. Ao que tudo indica isso ocorre porque tal engajamento e mesmo filiação é geralmente posterior ao ingresso no partido como funcionário e constitui uma forma de consolidação dos laços pessoais anteriormente estabelecidos com amigos, conhecidos ou políticos que os indicaram à ocupação do referido cargo. Como comprovação disso, está o percentual de 84,4% para os que são filiados ao partido em que integram o quadro funcional. Com base na definição de militância como atividade

que diz respeito a "atores, que além do fato de se filiarem, desenvolvem ou ao menos desenvolveram um mínimo de participação em termos de atividades partidárias, seja enquanto militante de base, seja como liderança" (Rocha, 2009, p. 72), pode-se dizer que se trata de um universo de forte militância política. No entanto, mais do que algo que antecede o ingresso no partido, trata-se de algo que só se desenvolve e se consolida a partir do ingresso e da permanência na organização partidária.

Todavia, mais importante do que qualquer atributo em particular, e até mesmo de certa bagagem profissional e de militância anterior, são as relações pessoais que têm se apresentado como um fator essencial para o ingresso e o investimento nas organizações partidárias, corroborando achados de outros estudos sobre o tema que demonstram que a maioria deles constrói uma relação direta e pessoalizada com dirigentes locais do partido (Goirand, 2007; Rocha, 2009). Ou seja, mesmo que certos atributos sociais se apresentem como características importantes para a dinâmica de entrada nos partidos, eles não aparecem como fatores essenciais ou mesmo determinantes para o ingresso e a permanência nos partidos.

Pelo contrário, pode-se mesmo dizer que variadas formas de relações e de vínculos pessoais constituem ingredientes fundamentais para o ingresso e a permanência em organizações partidárias, fazendo-se presente em todos os partidos pesquisados, independente das siglas e orientações ideológicas. Assim, o ingresso na organização partidária resulta sempre desses vínculos e relações pessoais (Rocha, 2009), mesmo que em alguns casos elas decorram de socialização em organizações, movimentos e grupos militantes. Tais formas de ingresso, fundamentalmente baseadas em vínculos pessoais com amigos, colegas e políticos, estão associados a concepções da atividade no partido como boa gestão de relações pessoais e afetivas. Assim, em meio a um conjunto muito diversificado de posições e de cargos ocupados nos partidos políticos, os investimentos pessoais, políticos e profissionais dos funcionários nas organizações partidárias tem se apresentado sob a forma de três figuras principais: a do "seguidor", a do "militante" e a do "funcionário".

A figura do "seguidor" caracteriza-se por uma forte vinculação ao presidente do partido. Nessa situação o vínculo pessoal de longa data com dirigentes do partido constitui a tônica principal, resultando em concepções que têm na relação de confiança a base principal da ocupação do cargo. Um exemplo bastante típico dessa forma de exercício de funções profissionais nos partidos é a de um técnico em contabilidade,

licenciado do emprego de auxiliar administrativo, que exerce como cargo de confiança a função de secretário executivo do partido e atua nessa área há aproximadamente 35 anos. Ele é filho de comerciantes com baixa escolaridade por ele próprio definida como “alfabetizados”, mas que não tinham engajamento político, embora ela tenha parentes que “já foram prefeitos”. Mesmo que já tenha participado de movimentos sociais, seu primeiro engajamento foi em partido político, justamente em função do ingresso como técnico em contabilidade do partido. Todavia, seu ingresso nesse tipo de atividade teve como base suas amizades e a “necessidade”. Pessoa de “confiança” do presidente do partido é a relação de “confiança” existente entre eles, desde longa data, aproximadamente 35 anos, que está na base da função que desempenha no partido, que o mantém no cargo e que o conduz à ocupação de tal função em diferentes cargos de vários partidos por onde já passou. Como ele mesmo relatou “Na verdade eu sou o secretário dele”, “Onde ele estiver ele me leva” “Trabalho com ele vai fazer 35 anos... Então pro partido que ele for eu vou”. Do mesmo modo e esse lhe disse: “Preciso de alguém para tomar conta do partido [...] Olhe! Você vai comigo”. Dessa forma, ela já passou por todos os partidos que o presidente ingressou, tendo ocupado cargos os mais variados nas executivas destes, como: secretário do presidente do partido, assessor parlamentar especial, tesoureiro, etc.

Rapaz! O que me mantém no cargo é a *confiança* do presidente aqui dentro. Eu trabalho porque fico sempre disposto 24hrs. Na hora que ele liga, pode ser feriado, um sábado, um domingo à noite eu estou sempre... Agora mesmo eu estou começando a fazer a transmissão da televisão, então eu tenho que ficar ligado 24hrs.

A figura do “militante” toma alguns contornos diferenciados da do “seguidor” do chefe de partido. O principal deles é que, nesse caso, mesmo que os vínculos pessoais com dirigentes do partido constituam a base de seu ingresso e permanência no partido, tais vínculos resultam da inserção comum em organizações políticas e movimentos sociais, bem como estão fundadas em concepções de que a atuação política no interior do partido é um ingrediente importante do exercício de sua função. Um exemplo típico disso é o caso de um secretário executivo de diretório estadual que ocupa tal cargo desde 2006 e é formado em gestão em tecnologia da informação. Ele nasceu e morou todo o tempo no bairro América, que era um dos bairros da periferia de Aracaju e muito estigmatizado pela presença da violência e de drogas. Seu

pai tinha ensino médio completo e era funcionário público, já sua mãe tinha ensino superior completo e era professora de um colégio público, de modo que foi com base em seu vínculo de funcionária que conseguiu uma bolsa para o filho estudar lá. O fato de viver num bairro que era estigmatizado, a ponto de muitos vizinhos ter vergonha de dizer que morava nele, e estudar num colégio de classe média, o levou desde cedo a sentir certa discriminação por ser negro e morar em tal bairro. No entanto, foi somente quando iniciou curso de engenharia química na Universidade Federal de Sergipe que, segundo ele próprio, teve a “a oportunidade de ficar mais à vontade” e iniciou o percurso que fez com que ele parasse em tal cargo. Isso porque foi nesse período que iniciou a militância no movimento estudantil e começou a trabalhar na iniciação científica com um professor que tinha sido presidente do DCE, depois foi pró-Reitor e, mais tarde, foi ser superintendente do IBAMA e presidente do partido. Foi pelo vínculo estabelecido com esse professor que ingressou no partido: primeiramente, como estagiário do IBAMA e depois como secretário do partido quando o mesmo tornou-se presidente do partido estadual. É com base nisso que ele afirma que foi “através da mão dele mesmo” que “vim parar aqui”. Tal itinerário está associado a uma concepção militante do exercício do cargo que, para ele, funciona como uma espécie de “consultor” que ouve as angústias, os reclamos e os desabafos vivenciados nos municípios e faz a interlocução com as metas e as regras estabelecidas pela direção.

Porque eu sou, digo sempre, mais militante do que funcionário, eu acho que não tem como descartar as duas coisas. Até tem! Porque existem outras instituições que tem funcionários daqui e não tem uma relação militante, então eu sou militante que saiu lá do movimento estudantil, sou mais militante do que funcionário.

Por fim, na figura do “funcionário” tanto a relação com o chefe de partido quanto com a militância são bastante diferenciadas. Nessa situação, ainda que os vínculos pessoais constituam também o meio de ingresso no partido, ela não desemboca numa forte vinculação e até mesmo dependência em relação ao dirigente que o colocou no partido. Por outro lado, o distanciamento em relação à militância em organizações e movimentos sociais conduz a uma concepção do exercício do cargo no partido como uma função distanciada do envolvimento com ideologias, opções e atuações políticas. Um exemplo disso é o caso de um assessor político de diretório estadual que trabalha no partido desde 2003. Ele nasceu no Rio de Janeiro, mas sua mãe era de Aracaju. Aos três

meses ficou órfão de mãe e foi, junto com a irmã, morar com a avó e o avô maternos em Aracaju. Seu avô materno era ex-combatente da marinha e após aposentar-se retornou a Aracaju. Durante sua formação escolar, nunca participou de grêmio estudantil e o que mais recorda como marcante do científico foi o gosto pela matemática que, segundo ele, teve um papel decisivo em sua formação. Em 2012 concluiu o curso de Tecnólogo em Gastronomia pela faculdade Serigy que segundo ele próprio, “não tem nada a ver com partido político (risos)”. No entanto, foi através de seu primo que era e a inda é um dos principais dirigentes do partido que ingressou em tal cargo, em decorrência de ter surgido uma vaga. Todavia, isso não desembocou num maior engajamento com a militância política e partidária. Pelo contrário, é certo distanciamento entre o que faz como funcionário e as exigências da política partidária que fundamenta o exercício de seu cargo.

Uma coisa é você ser funcionário e outra coisa é você ser político do meio, então uma coisa não tem nada haver com a outra. Então talvez por isso o serviço flua melhor você não sendo político e você sendo técnico. Que tem pessoas que não sabem diferenciar. [...] Não sou militante, não sou político, minha amizade não é de político, minhas amizades não são de políticos, pode até ser que surja. Mas essas pessoas não são políticas, elas trabalham com política. [...] Não tenho amigo deputado, vereador, senador não são meus amigos

Como se pode ver há uma clara diferença quanto às concepções do exercício do cargo de funcionário nos partidos políticos, independente do fato de todos terem acesso a tal cargo a partir de laços e vínculos pessoais com dirigentes do partido. Assim, enquanto que em alguns o partido e o cargo resulta da manutenção e reafirmação de fortes vínculos estabelecidos com determinado dirigente, para outros tal atuação não ultrapassa a agenda profissional de entrega de documentos para abertura de campanha ou qualquer outra função e ocorre mediante certo distanciamento das atividades e atuação político-partidária, já para outros tal função têm também uma relação de militância que, como eles próprios dizem, são essenciais para se manter e continuar exercendo suas funções nos partidos. Reduzir tais diferenças à posição do partido no fundo partidário não prece muito esclarecedor, até mesmo porque essa variação ocorre entre os funcionários dos partidos que têm uma participação importante no fundo partidário. Sem dúvida o mergulho nas dinâmicas e nos repertórios das organizações partidárias e desafio de tentar entender o peso disso para a estruturação e definição de tais comportamentos constituem

tarefas que ainda estão muito distante da agenda de pesquisa sobre os partidos políticos.

Conclusões

O olhar reflexivo sobre o processo de negociação do trabalho de campo e utilização das diferentes técnicas com base numa abordagem etnográfica possibilita ter acesso a um conjunto de informações pertinentes sobre o objeto em questão: dinâmicas de funcionamento organizacionais, formas de interação entre diferentes atores, redes de inter-reconhecimento, grau de homogeneidade entre seus membros, etc.

Procurou-se mostrar aqui um pouco das relações entre os atributos sociais, os mecanismos político-partidários e os laços e relações pessoais vinculados ao ingresso e a atuação profissional em organizações político-partidárias no estado de Sergipe. Optou-se por problematizar o peso do fundo partidário como traço importante da consolidação da profissionalização da atividade partidária por este ter abrangência nacional, sendo instituído por lei e, fundamentalmente, porque tem sido tomado como central na explicação da manutenção do funcionamento dos partidos, como o pagamento dos salários fixos dos ocupantes de cargos remunerados nestas instituições.

O crescimento dos partidos demanda, como disse Michels (1979), a construção de um edifício, de complicada estrutura, baseado na divisão do trabalho e, portanto numa hierarquia que é resultado de necessidades técnicas, tornando-se isso a condição mais essencial para o funcionamento regular da máquina do partido. Porém no caso sergipano o que está à vista é uma forte presença de indivíduos, sejam eles dirigentes ou funcionários que se caracterizam pela diversidade e grande heterogeneidade da formação técnica e profissional, podendo-se perceber que há uma maior ênfase na posse de valores experiência política. Há também o forte engajamento político, inclusive iniciado quase sempre nos partidos políticos onde atuam. Consoante a isso, podemos ressaltar a relevância que os laços e as afinidades pessoais possuem para que os ocupantes de postos em partidos políticos adiram às instituições nas quais se encontram.

Tais resultados confirmam, até o momento, a importância de se considerar de forma relacional as condições e lógicas burocráticas, os laços e vínculos pessoais, assim como suas combinações com diferentes recursos sociais e formas de atuação profissional. Tal perspectiva constitui um dos principais ingredientes para a ruptura com as abordagens normativas e negativas dos partidos políticos no Brasil e para escaparmos da

armadilha que consiste em considerar os dados em comparação com “um modelo político ideal” e que acaba por adjetivar a política brasileira com termos como “Mandonismo”, “Coronelismo”, “Patrimonialismo” e “Clientelismo”. Com base nisso, passamos a lidar com múltiplas configurações históricas de combinação entre dinâmicas organizacionais, atributos e laços pessoais e concepções de política partidária.

Referências

AUYERO, Javier. Introductory Note to Politics under the Microscope: Special Issue on Political Ethnography, **Qualitative Sociology**, vol. 29, n° 3, 2006, p.; 257–9.

BEAUD, S. & WEBER, F. **Guide de l'Enquête de Terrain**. Paris, La Découverte, 1998.

BENNANI-CHRAÏBI, Mounia. Quand négocier l'ouverture du terrain c'est déjà enquêter. Obtenir la passation de questionnaires aux congressistes de partis marocains. **Revue internationale de politique comparée**, 2010/4 Vol. 17, p. 93-108. DOI : 10.3917/ripc.174.0093

BEZERRA, Marcos O. Representantes Políticos, Relações Pessoais e Reputação. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro, FVG, 2013, p. 279-318.

BEZERRA, Marcos O. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

BOLOGNESI, Bruno. A Seleção de Candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas Eleições Legislativas Federais Brasileiras de 2010. Percepções dos candidatos sobre a formação das listas. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21., n° 46, p. 45-68, jun 2013.

BRAGA, Maria do Socorro S.; BOLOGNESI, Bruno. Dossiê Recrutamento Político e Seleção de Candidatos nas Democracias Contemporâneas. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21., n° 46, p. 5-9, jun 2013.

CHAMBOREDON, Hélène. et al. S'imposer aux imposants; A propos de quelques obstacles rencontrés par des sociologues débutants dans la pratique et l'usage de l'entretien. In: **Genèses**, 16, juin, 1994. P. 114-132.

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 161-218.

CLEMENS, Elisabeth S.; MINKOFF, Debra. Beyond the Iron law: Rethinking the place of organizations in social movement research. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESE, Hanspeter (eds.). **The Blackwell Companion to Social Movements (Blackwell Companions to Sociology)**. Oxford, Blackwell Publishing, 2009, p. 155-170.

CORADINI, Odaci L. **Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001

- DANTAS, José I. C. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2004.
- DANTAS, José I. C. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.
- FAVRE, Pierre, FILLIEULE, Olivier et JOBARB, Fabien. **L'Atelier du Politiste. Théories, actions, représentations**. Paris, La Découverte/PACTE, 2007.
- GAXIE, Daniel. As Lógicas do Recrutamento Político. In.: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8. Brasília, maio - agosto de 2012, pp. 165-208.
- GOIRAND, Camille. Pratique Partisanes et Loi Électorale au Brésil. In.: DABENE, Olivier (ed.). **Amérique Latine, les élections contre la démocratie?**. Paris: Presses de Sciences Po, 2007, p. 41-77.
- _____. Penser Les Mouvements Sociaux d'Amérique Latine. Les approches des mobilisations depuis les années 1970. Paris, Revue Française de Science Politique, vol. 60, nº 3, 2010, p. 445-466.
- GRILL, Igor G. **Elites, Profissionais e Lideranças Políticas (RS e MA): pesquisas recentes**. São Luís, EDUFMA, 2008.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- MERLLIÉ, Dominique. A Construção Estatística. In: CAMPAGNE, Patrick. et al. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 107-170.
- MICHEL, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Trad. de Arthur Caudon. Brasília, EDUnB, 1982, 243p.
- MONTALVÃO, Arivaldo T. **Recrutamento de Elites Parlamentares em Sergipe: os deputados da ARENA (1965-1979)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFS, São Cristóvão, 2011.
- MONTALVÃO, Arivaldo T.; SEIDL, Ernesto. Arena Sergipana: Trajetórias Políticas dos Deputados Federais. São Cristóvão, **Scientia Plena**, Vol 6, Nº, 3, 2010, p.
- NICOLAU, Jairo. "Partidos e Sistemas Partidários (1985-2009)". In: LESSA, Renato (Coord. de área). In: **Horizontes das Ciências Sociais Brasileiras: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010. 402p. (pp.217-240)
- NORRIS, Pippa. Recrutamento Político. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21., nº 46, p. 11-32, jun 2013.
- OFFERLÉ, Michel. "Professions et profession politique." In: OFFERLÉ, Michel (org.). **La profession politique (XIXe-XXe siècles)**. Paris: Éditions Belin, pp. 07-35, 1999.
- OLIVEIRA, Wilson José F. de. Antropologia, Política e Etnografia: entre fronteiras disciplinares e problemas empíricos (no prelo). In: PERISSINOTTO, R. M., CODATO, A. **Metodologia do Estudo de Elites**.
- PERISSINOTTO, R. M., MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, p. 301-333, 2009.

- PHÉLIPPEAU, E. “Sociogênese da profissão política”. In: GARRIGOU, A. & LACROIX, B. **Norbert Elias: a política e a história**. SP: Perspectiva, 2001.
- PINÇON, Michele; PINÇON-CHARLOT, Monique. Pratiques d’enquêtes dans l’aristocratie et la grande bourgeoisie. **Genèses**, 3, mars, 1991. P. 120-133.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- ROCHA, Daniela. Militantismo Partidário e Experiência de Poder. O caso do PT no Distrito Federal. In: **Antropolítica**, Niterói, EdUFF, 2009, p. 67-95.
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 200-255.
- SAWICKI, Frédéric. **Les Réseaux du Parti Socialiste. Sociologie d’un milieu partisan**. Paris, Belin, 1997.
- SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. **As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil**. Rio de Janeiro, FVG, 2013.
- SCHATZ, Edward. (Ed.). **Political Ethnography. What immersion contributes to the study of power**. Chicago, University of Chicago Press, 2009.
- WEBER, M. **A Política Como Vocação**. In.: Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, Guanabara, 1979, p. 97-153.